

Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder

Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008

História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões

Cláudia Pons Cardoso (PPGNEIM/UFBA – UNEB)

Palavras-chave: pensamento feminista negro, história das mulheres negras, feminismo

ST 69 - Pensamento negro, Corporeidade e gênero: textualidades acadêmicas, literárias e ativistas

Neste texto pretendo discutir como a história das mulheres negras brasileiras pode contribuir para o aprofundamento do debate dos estudos feministas sobre a relação raça e gênero a partir da diversidade das experiências das mulheres negras e, principalmente, refletir sobre o movimento feminista no Brasil que, na sua tentativa de adequar-se às tendências do feminismo norte-americano e europeu ao longo de sua história, excluiu as experiências e as marcas das diferenças de muitas mulheres, tornando periférico e deficiente o que é diferente. As múltiplas opressões, resultados de diferentes diferenças, são sub-representadas em nome da opressão de gênero tanto nos debates quanto na produção acadêmica.

Como fonte de estudo utilizo a dissertação de mestrado de Elisabete Aparecida Pinto, *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*¹. A autora, recorrendo à história oral, buscou compreender o processo de construção das identidades “étnicas e de gênero” através da análise dos espaços de luta de Dona Laudelina pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas (PINTO, 1993, p.43). Minha análise não recai propriamente sobre o trabalho produzido por Pinto, mas sobre suas fontes: a fala de Laudelina e de suas companheiras de luta, que revelam experiências concretas de resistência de mulheres negras pobres ao processo de exclusão da sociedade, suas improvisações e mediações sociais, pois “o documentar das configurações específicas e das diferenças desconstrói o mito de uma condição feminina universal e abre horizontes políticos novos para os feminismos” (DIAS, 1992 p.48).

Feminismos em debate

A presença das mulheres na história passou a ser investigada por muitas/os historiadoras/es, por volta dos anos 70, seguindo a tradição da historiografia dos Annales. As mulheres foram resgatadas dos porões e dos sótãos da antiga forma de narrar a história, tornando-se ao mesmo tempo sujeitos e objetos de novas narrativas históricas. A história das mulheres surge no contexto de efervescência do feminismo e de sua ação política de visibilizar os estudos feministas em várias áreas de conhecimento,

mas à medida que o campo de pesquisa se desenvolvia “uma parte das historiadoras percebe o grave perigo de isolamento intelectual posto pela tendência que conduz a estudos, muito tautológicos” (PERROT, 2001, p.8). Além disso, muitas críticas foram feitas, como salienta Perrot, em relação ao caráter descritivo e aos temas das pesquisas – predileção sobre os estudos sobre o corpo, discursos normativos sem levar em conta as práticas sociais e os modos de resistência a estes discursos, induzindo a uma espécie de vitimização da mulher, desconhecimento da história do feminismo e falta de reflexão teórico-metodológica (PERROT, 2001, p.9).

Esse problema se reflete, inclusive no Brasil, segundo Suely Gomes Costa (2004), comentando o artigo de Michele Perrot, os estudos feministas têm se organizado em torno de dois objetos: o feminismo enquanto movimento organizado de mulheres e a história das mulheres voltada para a intimidade da vida e do trabalho doméstico. Esta dicotomia, explica Costa, precisa ser revista e superada, uma vez que:

Os estudos dos feminismos, tomados como expressão de movimentos sociais, portanto, de lugares de ações políticas de mulheres ou da esfera pública das mulheres, em geral, são tratados por referências disciplinares que nem sempre ajudam a perceber suas vinculações com fenômenos da esfera privada. Desse modo, os feminismos informais, por exemplo, expressos em transgressões femininas – como Perrot sugere, nas usuais práticas de aborto -, nunca ganham destaque (2004, p.26).

A fala de Suely Costa é importante, pois nos remete ao estranhamento de muitas de nós com um feminismo com o qual até gostaríamos de nos identificar, mas que, muitas vezes, possui uma agenda e um legado histórico que pouco nos diz, uma vez que o sujeito tomado como referência é a mulher branca, classe média, urbana, heterossexual, acadêmica. Dessa forma, revisar a dicotomia entre o feminismo e a história das mulheres é situar a discussão sobre gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos a partir das experiências das mulheres em sua diversidade.

O movimento feminista no Brasil procurou construir seu legado de lutas a partir de tendências americanas e européias², neste sentido destacou mulheres e reivindicações que correspondessem àquelas tendências, como se verifica nos comentários de Constância Lima Duarte³, em edição atualizada, sobre Nísia Floresta e sua obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*: “Se, infelizmente para nós, a tradutora ficou aquém do original, é preciso ter consciência que também tivemos a nossa Mary Wollstonecraft – a possível, dentro do quadro social e ideológico que a realidade brasileira permitia” (1989, p.125). Ainda no prefácio da edição atualizada, assinado por Eva Blay, encontra-se a necessidade da criação de um marco histórico feminista aos moldes daquelas tendências. Para Blay o trabalho organizado por Constância Duarte consegue “aquilo que todas nós aguardávamos: traçar nossa própria história através desta extraordinária precursora, Nísia Floresta” (1989, p.13).

A obra de Nísia Floresta não está em discussão neste texto, tampouco meu objetivo é negar a importância do trabalho e contribuição para uma consciência crítica da condição feminina, principalmente se pensarmos as condições de produção da autora, século XIX. Meu intento é outro, questiono a exclusão que este tipo de prática efetua, na medida em que as experiências de resistência às múltiplas formas de violência, que acompanham as opressões que recaem sobre diferentes mulheres, os feminismos informais, de que nos fala Perrot, e, principalmente, outras vertentes de feminismos, perdem visibilidade. Sem falar que os vários feminismos passam a ter um referente e uma hierarquização valorativa.

O livro, *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Pinto (2003) narra, sob a perspectiva da autora, a história do feminismo brasileiro. Segundo Céli Pinto o feminismo no Brasil desde suas primeiras manifestações, “ainda no fim do século XIX [...] foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais que se manifestavam por meio de jornais, palestras, romances e peças de teatro. A segunda fase do movimento, a partir da década de 1970, não foi diferente, tanto aqui como nos países europeus e nos Estados Unidos” (2003, p.85). Para a autora o movimento feminista não é um movimento popular e sua “chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento” (2003, p.85). Já em relação à “cultura erudita, mais especificamente com a universidade”, a aproximação, expõe a autora, foi mais fácil, na medida em que um número significativo de mulheres que começaram a se reunir na década de 70 era de professoras universitárias (2003, p.85). O feminismo sobre o qual Céli Pinto se debruça não tem espaço para experiências de mulheres, que por desconhecerem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações, dessa forma, suas vozes e protagonismo são silenciados.

Salientamos ainda a reflexão de Céli Pinto sobre a legitimação da prática discursiva do sujeito do feminismo autorizada pelo saber produzido pelos estudos feministas. O fato, comenta a autora, “de parte significativa das feministas pertencer às camadas intelectuais lhes dá uma posição particular em relação a outros grupos que se organizam em movimentos, como por exemplo os sem-terra, os indígenas e os negros” (2003, p.85). Porém, se de um lado esse saber permite a uma parcela das feministas a autoridade da fala, impossibilita, por outro a apropriação da prática discursiva por nós mulheres negras feministas, na medida em que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista. Para Avtar Brah (2006, p.345) há uma tendência de se considerar o racismo como uma questão que diz respeito aos

negros somente, o que em seu entendimento, e no meu, é um equívoco, pois “tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça”. O que acontece, segundo Avtar Brah, é que a “racialização da subjetividade branca” não é manifestada, porque branco é um significante dominante, porém isso não torna o processo de racialização menos significativo (2006, p.345).

Concordo com as autoras Sardenberg e Costa (1994, p.85) quando dizem que as lutas feministas terão histórias específicas, dependendo de cada país, com isso “não se pode separá-las dos contornos e desdobramentos mais amplos do feminismo na História, [...] é a partir dessa perspectiva mais ampla e do delineamento das tendências gerais que se torna possível reconhecer as especificidades dessas lutas em diferentes países”. Ratifico, no entanto, que as especificidades locais e históricas não podem ser apagadas, desconsideradas em nome de tendências gerais, pois o específico pode mostrar a diversidade, a tessitura de vivências no enfrentamento às desigualdades produzidas pela intersecção de opressões.

História das mulheres negras e feminismo negro

Para pensar tanto a história das mulheres negras quanto a história de Laudelina de Campos Mello e sua importância para o pensamento feminista negro brasileiro parto do referencial teórico-metodológico do feminismo negro, mais especificamente amparo-me em Patrícia Collins (1991). Sua abordagem teórica não diz respeito somente às experiências das mulheres afro-americanas, pode ser pensada para diferentes situações de lutas das mulheres da diáspora e de África, sendo que os contextos locais e históricos podem ocasionar outras situações, outros temas centrais, exigindo novas respostas aos desafios colocados.

O pensamento feminista negro consiste em teorias ou pensamentos especializados produzidos por intelectuais afro-americanas, desenhados para expressar o ponto de vista das mulheres negras. As dimensões deste ponto de vista incluem a presença dos temas centrais característicos, a diversidade das experiências das mulheres negras em encontrar estes temas centrais, a variedade da consciência feminista afrocêntrica das mulheres negras em relação a estes temas centrais e suas experiências com eles, e a interdependência das experiências, consciências e ações das mulheres negras. Este pensamento especializado deve buscar fundir nas experiências e pensamentos cotidianos das mulheres negras novos significados ao rearticular a interdependência das experiências das mulheres negras e a consciência (COLLINS, 1991, p.32).

Para essa abordagem é essencial compreender o significado de intelectual na perspectiva do pensamento feminista negro: “mulheres negras intelectuais não têm de ser de classe média, educadas, de meia idade, ou reconhecidas como tal pela academia ou outros estabelecimentos. Mulheres negras intelectuais constituem um grupo altamente diversificado” (COLLINS, 1991, p.36), que tem por objetivo trabalhar pela autonomia das mulheres negras.

Laudelina de Campos Mello nasceu em 1904 em Poços de Caldas, Minas Gerais, e faleceu em 1991. Aos 16 anos iniciou sua militância política, “nós entre grupo de moços lá de minha terra, nós fundamos um grupo chamado Treze de Maio, [...]. Era um grupo formado por causa do isolamento dos brancos” (PINTO, 1993, p.192). Laudelina participou ativamente de vários grupos de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda ao longo de sua vida, porém sua luta maior se deu em defesa dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Ao lado de outras companheiras fundou, em 1936, a primeira Associação das Empregadas Domésticas em Santos, fechada posteriormente durante o Estado Novo. Em 1961 novamente Laudelina e outras companheiras voltam a fundar uma Associação das Empregadas Domésticas em Campinas.

A ativista falava de um lugar o qual ela conhecia muito bem, proveniente de uma família de mulheres negras empregadas domésticas, neta de uma mulher escravizada, ela própria durante 33 anos exerceu a profissão de doméstica. Em suas palavras “a situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam 23 (vinte e três) anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando e tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos” (PINTO, 1993, p.14). A experiência vivida como empregada doméstica lhe possibilitou construir um ponto de vista das mulheres negras trabalhadoras domésticas, proporcionando-lhe uma consciência crítica sobre as opressões que recaíam sobre o grupo e a partir desse entendimento buscou desenvolver ações para o empoderamento das trabalhadoras domésticas, visando à autonomia através da profissionalização, dos direitos trabalhistas, do respeito à categoria, positivando, inclusive, a visão sobre a profissão.

A fala também mostra a preocupação com o desenvolvimento de redes de solidariedade entre as mulheres negras domésticas na época. Por não terem seus direitos de trabalhadoras assegurados, após décadas de exploração, restava a muitas a penúria, o desamparo e a insegurança atenuados pela existência do apoio coletivo. Segundo Patrícia Collins a alta concentração de mulheres negras americanas no trabalho doméstico associado à segregação racial nos lares e escolas levou-as a desenvolver redes organizacionais comuns que lhes permitia dividir experiências e construir um corpo de sabedoria coletiva. Esta sabedoria coletiva de como sobreviver constituiu um distinto ponto de vista e pode lhes predispor a desenvolver uma consciência de grupo (1991, p.24). Consciência de grupo como a manifestada por Laudelina.

Para fundar em 1961 em Campinas a Associação das Empregadas Domésticas, Laudelina e algumas companheiras iniciaram seu trabalho de militância um ano antes, procurando sensibilizar outras trabalhadoras a ingressar na nova organização. Para a ativista o trabalho foi longo e penoso, pois as mulheres encontravam dificuldades para participar das reuniões. Segundo Laudelina

Nestas reuniões se discutia a visão enquanto doméstica, que todas eram marginalizadas e além de serem marginalizadas, ganhavam pouco e trabalhavam muito (...) as queixas eram as mesmas, a Juventina de Souza por exemplo ela trabalhou vinte e cinco anos na casa do dr. Coréia e Melo no Cambuí. Dormia no emprego e, pra sair, ela precisava sair escondido porque ela criou os filhos da patroa e também tinha o caçula que dormia com ela e pra sair tinha que sair escondido. Então era sacrifício muito grande pra ela, tinha ainda que fazer o menino dormir para depois ir pra reunião. Era uma vida assim ... Uma vida toda de semi-escravidão, de semi-escravidão e ganhando apenas cento e cinquenta cruzeiros por mês, que não chegavam a nenhum salário, pois em 1961 o salário era novecentos cruzeiros, não chegava a nada mesmo (PINTO, 1993, pp.384-385).

Laudelina trata de uma questão que na década de 80 será retomada por nós mulheres negras em debates sobre feminismos e embates com feministas de outros grupos étnico/raciais: as opressões raciais e de classe redimensionam “o lugar que habitamos no gênero” (COSTA, 2000, p.43), a opressão é experienciada a partir de um lugar, o qual é dado pela forma como gênero, raça e classe se entrecruzam em diferentes pontos. Pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir destes embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais racializadas.

A consciência de gênero de Laudelina foi construída a partir de seu contexto de militância, com suas companheiras de profissão e de confronto “com as patroas, por um lado, e com a sociedade em geral por outro (homens e mulheres, brancos e negros, intelectuais, políticos e socialistas)” (PINTO, 1993, p.485). Essa consciência crítica lhe levou a compreender a subordinação das mulheres na sociedade e as hierarquias nas relações de gênero. Em sua análise sobre o Sindicato das Empregadas Domésticas explica: “ainda tem uma parte muito interessante que o Sindicato das Empregadas Domésticas é completamente diferente dos homens, esta engajada mais é diferente do homem. A mulher vive dentro de casa ela trabalha durante o dia na casa da patroa e de noite na casa dela” (PINTO, 1993, p.471).

Laudelina de Campos Mello foi uma intelectual, seu protagonismo e importância na luta dos direitos das empregadas domésticas são desconhecidos por muitas/os, isso porque, como ressalta Collins, “grupos desiguais em poder são correspondentemente desiguais na possibilidade de fazer seus pontos de vista conhecidos por si mesmos e por outros” (1991, p.40). A história de Laudelina faz parte da história das mulheres negras no Brasil, da luta coletiva em busca da transformação social, seu legado contra as desigualdades alicerça o pensamento feminista negro e embasa a luta das gerações seguintes de mulheres negras, possibilitando ao feminismo negro operar dialogicamente entre prática e teoria, numa perspectiva dinâmica, atualizando-se tanto a partir de novos contextos históricos quanto nas estratégias de resistência às opressões que recaem sobre as mulheres negras.

Os feminismos, portanto, representam diferentes lutas, falam de experiências subjetivas historicamente construídas de diferentes mulheres, pensar os feminismos sob esta ótica, permite a existência da diferença e a coalizão para enfrentamentos mais amplos.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. 4. ed. atual. São Paulo: Cortez, 1989.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciações. *Cadernos Pagu*. n.26, Campinas, 2006. p.329-376.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics de empowerment*. New York, London: Routledge, 1991.
- COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*. v.8, n.2, Florianópolis, set./dez. 2000. p.43-48.
- COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. *Revista Estudos Feministas*. v.12, Florianópolis, set./dez. 2004. p.23-26. Número especial
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PERROT, Michelle et. Al. História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*. v.2, n.1, 2001. p.5-42.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2003.
- PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993. 493f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Unicamp, São Paulo, 1993. 2 v.
- SARDENBERG, Cecília e COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida, BINGHEMER (Orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

¹ Todas as falas de Laudelina Campos Mello foram extraídas do trabalho de PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*.

² Tendências ou ondas delimitam divisões temporais a partir de algumas características e problematizações comuns.

³ Nísia Floresta fez uma tradução livre, em 1832, do livro *Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, feminista inglesa do século XVIII. Constância Lima Duarte atualizou a edição com introdução, notas e posfácio e prefácio de Eva Blay.